

Empresas têm crédito de 400 bi

Uma linha especial de crédito no valor de Cr\$ 400 bilhões. Este é um dos incentivos que o Governo do Distrito Federal oferece para as empresas que desejam sair da clandestinidade e ingressar no mercado formal. São recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico do DF (Fundefe), que já começaram a ser liberados. Junto com estes recursos, o GDF oferece ainda a anistia de débitos fiscais, de 1989 até hoje.

Estas medidas fazem parte do programa de crescimento econômico e geração de empregos, que está em prática desde que foi aprovada a legislação que permite um tratamento simplificado às microempresas do DF. No dia 30 último, acabou o período para as micro buscarem a regularização, através da inscrição no novo Cadastro Fiscal do Distrito Federal. O governo distribuiu formulários para o cadastramento, que continua até o dia 30 de julho próximo, para as demais empresas.

Somente a distribuição dos "Kit-Micro — Novo Cadastro" dá uma dimensão do sucesso do programa. Inicialmente, foram enviados 20 mil envelopes com os formulários simplificados e o Guia Fiscal da Microempresa para as agências do BRB, Divisão da Receita, Sebrae, Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Associações e Federação do Comércio, além do Conselho Regional de Contabilidade, onde ainda podem ser retirados gratuitamente. A procura logo aumentou e um total de 45 mil já foram entregues. Agora, a Secretaria de Fazenda e Planejamento prepara mais 30 mil exemplares do Kit.

Anistia — "O governo quer a legalização das empresas informais. Por isso, estão sendo adotadas medidas concretas que permitirão o reaquecimento da economia", disse o secretário de Desenvolvimento do Distrito Federal, Nuri Andraus. Dos recursos disponíveis nas linhas de crédito subsidiadas, Cr\$ 120 bilhões (do Fundefe) estão reservados para atender, exclusivamente, microempresários. Além disso, já está definido o zoneamento urbano das cidades-satélites que permite a instalação das microempresas em residências.

A meta do governo é gerar 20 mil novos empregos, o mais rapidamente possível. "O potencial é muito grande. O governo deseja que todas as cidades-satélites tenham um incremento econômico e gerem empregos", afirmou o secretário. Um dos maiores incentivos para a regularização das mi-



A meta, garante Andraus, é gerar emprego em todas as satélites

croempresas é a anistia de débitos fiscais. Todas as microempresas, enquadradas de acordo com a Lei nº 7.519, de 14 de junho de 1986, independentemente do enquadramento no novo regime tributário, poderá solicitar a remissão de seu débito, até o dia 26 de julho próximo.

Para efeito de cadastramento no novo regime tributário simplificado — onde a empresa recolherá 1% do seu faturamento bruto mensal — serão consideradas microempresas aquelas cujo faturamento anual é de aproxima-

damente Cr\$ 2 bilhões, hoje. A solicitação da anistia será feita mediante o preenchimento de formulário próprio que está disponível, gratuitamente, nas divisões da Receita.

No caso do ICMS, serão anistiados os débitos resultantes de operações e prestações de serviços promovidas de 1º de junho de 1989 a 30 de abril de 1993. Para os contribuintes cadastrados no ISS, o período será de 5 de outubro de 1990 a 30 de abril deste ano. O Guia Fiscal da Microempresa traz as explicações para o correto preenchimento do Requerimento de Remissão.

Arrecadação do GDF sobe com a legalização

A regularização de 20 mil empresas clandestinas — de "fundo de quintal" — é o objetivo da campanha do Governo do Distrito Federal para a retomada do desenvolvimento econômico. As microempresas que, agora, já podem ser instaladas em residências, graças ao zoneamento das cidades-satélites, promovido pela Secretaria de Obras e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, estão sendo cadastradas. A atração dessas empresas para o mercado formal, através de uma série de incentivos, como a simplificação tributária, deverá gerar um aumento da arrecadação num valor próximo a Cr\$ 28 bilhões.

Mas, aumentar a arrecadação do GDF não é o principal motivo desse projeto que visa, sobretudo, de acordo com a Secretaria da Fazenda, a regularização das empresas e diminuir o desemprego, que atinge 119 mil pessoas, segundo pesquisa recente da Codeplan. O cadastramento dessas empresas — que terão uma única obrigação: o pagamento de 1% da receita bruta mensal aos cofres públicos — permitirá, inclusive, que se conheça o número real de desempregados do DF. Hoje, muitos trabalhadores dessas empresas não têm a sua situação regularizada, figurando como desempregados nas pesquisas.

Todas as empresas do DF, e não apenas as micro, terão de participar do novo cadastramento. A Secretaria de Fazenda e Planejamento está unificando os cadastros já existentes de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis (IVVC). Essa medida irá "limpar" o cadastro, eliminando as empresas que deixaram de existir, mas não comunicaram ao governo.

Atualmente, os cadastros do ICMS, ISS e IVVC reúnem cerca de 85 mil empresas contribuintes. Mas 50% deste total correspondem a estabelecimentos que não funcionam, de acordo com técnicos da Secretaria. No novo Cadastro Fiscal do DF, os contribuintes sujeitos a mais de um imposto terão apenas uma inscrição, eliminando uma grande quantidade de documentos exigidos, hoje. "As medidas vão simplificar a vida do contribuinte", disse Lytha Spíndola, secretária-adjunta de Fazenda e Planejamento do DF.

Incentivos — As empresas que se enquadrarem no novo cadastro vão poder gozar de uma série de benefícios. Aquelas que não apresentarem as fichas de cadastramento, dentro do prazo, terão suas inscrições canceladas. No caso das microempresas, que participam do cadastramento antecedendo as pequenas, médias e grandes, o Governo do Distrito Federal está oferecendo vários incentivos, como a anistia fiscal e o acesso a linhas especiais de crédito do Banco de Brasília (BRB). Além disso, estas empresas poderão participar de licitações e compras governamentais.

Limite para a anistia fiscal

Exercício	Limite da Receita Bruta	
	ICMS	ISS
1989 (NCz\$)	61.700,00	****
1990 (Cr\$)	675.724,24	337.862,12
1991 (Cr\$)	6.511.516,68	3.255.758,34
1992 (Cr\$)	33.693.392,05	16.846.696,03
1993 (Cr\$) *	139.439.169,60	69.719.584,80

(*) Janeiro a abril